



Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

EDUCAÇÃO DO/PARA E COMO NEGRO NO BRASIL: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À SUPERIOR

APRESENTAÇÃO

A luta antirracista, nas educações básica e superior, é uma posição política assumida de forma permanente e cotidiana pelos autores e pelas autoras dos textos deste dossiê. São sujeitos e sujeitas que insistem na criatividade pedagógica e na resistência e revolução epistêmica como formas de inventar e vivenciar práticas formativas e conhecimentos mais justos no âmbito das instituições de pesquisa, de formação de professoras e professores, nas escolas e na sociedade. Eles e elas acompanham os rastros e ampliam as trilhas abertas por intelectuais negros e negras que lutaram e lutam por justiça social e dignidade humana.

Na década de 1970, a historiadora negra Beatriz Nascimento, engajada na escrita de uma história da formação do Brasil na qual a população negra fosse participante do processo, teve rica produção bibliográfica. Entre ensaios, entrevistas e textos em prosa, Beatriz encarou uma questão central: a maneira como a população negra estava sendo representada nos estudos da História do Brasil. A maioria de seus escritos está sendo continuamente republicada, de poucos anos atrás até hoje.

No ensaio intitulado “Negro e racismo”, Beatriz Nascimento destaca a dificuldade em se escrever uma história do negro no Brasil. A dificuldade inicial, segundo ela, estaria na elaboração de uma metodologia adequada para esse trabalho, uma que conseguisse lidar com outra conceituação que escapasse daquelas elaboradas pelo ocidente em sua





Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

posição de dominador (Nascimento, 2021). Intelectuais negras e negros empenharam-se na elaboração desses conceitos, tanto no Brasil como em demais países. Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Nilma Lino Gomes, Conceição Evaristo, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis, Frantz Fanon etc., para mencionar algumas e alguns.

Ao longo do século XX, como apontou o diagnóstico de Beatriz Nascimento, a história da população negra no Brasil, estudada pelo ensino superior, ainda estava por ser escrita. E mesmo que algumas instituições estivessem se dedicando a estudos voltados à história da escravidão, do pós-abolição e da história e cultura de África, esse processo não se deu de forma homogênea. Os estudos eram dispersos e a formação inicial das licenciaturas não incorporou – ou tratava-se minimamente – a temática da história e cultura da África, afro-brasileira e indígena. Refletiu-se em um tratamento silenciado, excludente e, por vezes, impregnado de preconceitos raciais, no ensino básico brasileiro (Reginaldo; Ferreira, 2021).

O movimento negro, educador – para utilizar a expressão e a defesa da Nilma Lino Gomes (Gomes, 2017) –, teve papel imprescindível na luta por políticas públicas capazes de enfrentar a realidade eurocêntrica e colonialista dos currículos escolares, bem como da promoção de políticas afirmativas de enfrentamento às desigualdades raciais cristalizadas na sociedade brasileira. Alguns marcos legais são imprescindíveis de destaque. A Lei nº 10.639/03, que alterou as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras, sendo acrescida a História e Cultura Indígena a partir da Lei nº 11.645/08. Nesse intervalo, em 2004, foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Em 2012, outro marco legal foi





Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

conquistado pelas populações minorizadas da sociedade brasileira, a Lei nº 12.711/2012, determinou a reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escola pública, e reservando parte dessas vagas para estudantes negros(as), indígenas e com deficiência (Gomes, 2017). Na terça, dia 24 de outubro de 2023, o Plenário aprovou o projeto que reformula e amplia o sistema de cotas no ensino federal. O Projeto de Lei nº 5.384/2020, além de alterar critérios socioeconômicos (levando em conta a renda e a formação em escola pública) e inserir quilombolas entre beneficiados(as) pela lei, prevê que os cotistas passarão a concorrer também nas vagas gerais, e apenas se não conseguirem nota para ingresso concorrerão às vagas reservadas. O texto segue para sanção presidencial (Senado, 2023).

Partindo dos marcos legais conquistados pelo movimento negro, sua atuação política e civil, além da atuação acadêmica (Gomes, 2017; Reginaldo; Ferreira, 2021), esta coletânea procurou balizar, após 20 anos da Lei nº 10.639/03, as ações (e suas reverberações) voltadas ao ensino das relações étnico-raciais tanto na educação básica quanto na educação superior. O dossiê foi dividido em duas partes: a primeira composta por cinco estudos com foco na educação básica e a segunda parte com três estudos acerca da educação superior.

O estudo intitulado “Currículo e prática docente: ações afirmativas para população negra no cotidiano escolar”, escrito por Dayse Cabral de Moura, constatou alguns avanços no campo das ações afirmativas para a população negra e no desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas, no entanto, sua implementação na escola é um ideal ainda perseguido. Segundo a autora, as Secretarias Municipais de Educação não estão organizadas para garantir a efetividade da lei no currículo escolar e/ou continuam negligenciando sua implementação. Com base nesses dados, ela nos interroga se nossas





Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

práticas pedagógicas e nossas relações no cotidiano escolar estão contribuindo para um projeto de sociedade democrática, de justiça social e de enfrentamento ao racismo.

Partindo da capoeira, manifestação cultural afro-brasileira, que interliga dança, jogo, luta, artesanato, música, educação, esporte, brincadeira, patrimônio, filosofia e história do Brasil, Aurora Camboim Lopes de Andrade Lula nos brinda com a investigação “Capoeira: lugar da diversidade étnico-racial na educação básica”. A autora interrogou se a capoeira pode ser um instrumento de educação, de inclusão social, de educação antirracista e democrática. Ela partiu da Psicologia Moral, da Filosofia e da Educação enriquecida com as experiências teóricas e práticas do projeto de extensão “Lições de capoeira”, desenvolvido desde 2021 na Universidade Federal da Paraíba. A partir de suas análises, Aurora apresentou os valores afro-brasileiros conectados à capoeira, como ancestralidade, musicalidade, ludicidade, corporeidade, indicando a potencialidade educativa da capoeira nas escolas possibilitando a integração entre escola formal e comunidade.

Diego dos Santos Reis, no texto intitulado “Antirracismo na educação infantil? Notas sobre infâncias, educação das relações étnico-raciais e currículos”, questionou se docentes e pedagogos(as) entendem e dimensionam as violências raciais nas trajetórias educativas das crianças, se reconhecem situações de discriminação racial nas instituições escolares e quais estratégias mobilizam para o enfrentamento dessas violências. São questionamentos norteadores de sua investigação acerca dos impactos das discriminações raciais nos itinerários educativos das crianças negras e do modo como o “dispositivo da racialidade”, conceito cunhado por Sueli Carneiro, funciona no espaço escolar. Para ele, identificar tais violências é fundamental para a proposição de uma educação antirracista.





Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

Na produção, “A Lei nº 10.639/03 e a construção de identidades afrocentradas a partir das brincadeiras africanas”, Jefferson Xavier Freire da Costa e Alba Cleide Calado Wanderley buscaram, por meio das brincadeiras africanas vivenciadas na educação infantil, contribuir para a construção das identidades afrocentradas das crianças, incentivando o reconhecimento do senso de pertencimento e a valorização da oralidade e da ancestralidade. As atividades pedagógicas e lúdicas relatadas no corpo do estudo, especialmente o uso da literatura infantil com representações positivas da população negra, fazem parte de um movimento político de contraposição à cultura hegemônica e eurocêntrica, que marginaliza e subalterniza a pessoa e a produção cultural negra.

Em a “Lei nº 10.639, de 2003: a cultura científica antirracista nos currículos do curso de Pedagogia no Brasil”, produção escrita por Andréa Giordanna Araujo da Silva e Yan Soares Santos, os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de 24 cursos de Pedagogia, localizados nas cinco regiões do Brasil, foram objetos de interpretação e análise do estudo documental. O objetivo da pesquisa foi identificar como os dispositivos político-jurídicos e a literatura intelectual e científica, produzida no âmbito das instituições de pesquisa e pelo movimento social negro, têm contribuído com a produção e a disseminação de conhecimentos, práticas e princípios antirracistas no curso de formação inicial e continuada de professoras(es) e modificado a cultura acadêmica. O autor e a autora observam que o conjunto das leis antirracistas e as práticas curriculares inventadas para atendê-las na educação superior, especialmente as disciplinas acadêmicas, têm contribuído para a promoção da cultura científica antirracista no âmbito das universidades.

Na pesquisa realizada por Ivonildes da Silva Fonseca, intitulada “As trilhas da implantação das cotas por marcadores sociais da diferença na Universidade Estadual da





Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

Paraíba”, nos deparamos com a análise da trajetória das políticas afirmativas ocorridas na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Ivonildes apresenta a possibilidade de que, em 2006, a opção por “cotas sociais” na UEPB esteja relacionada à influência da ideologia da democracia racial na mentalidade institucional da universidade. Apenas em 2021 houve a reformulação da política de cotas na instituição, incluindo pessoas negras, indígenas, ciganas, quilombolas, pessoas trans, pessoas com deficiência e quem cursou integralmente o ensino médio em escola pública. A inclusão ocorreu devido à pressão de grupos militantes e da consulta pública realizada na universidade, naquele ano. Para a autora, a chegada das pessoas por meio do sistema de cotas possibilita a oxigenação da universidade, renovando temas de pesquisa, epistemologias e horizontes.

Na investigação, escrita por Danilo Luiz Marques e Rosa Lúcia Lima da Silva Correia, intitulada “O protagonismo político-pedagógico do Movimento Negro e a implementação do programa de políticas de ações afirmativas da UFAL”, após apresentarem importante histórico da construção do Movimento Negro Unificado (MNU), a autora e o autor expuseram como o movimento negro em Alagoas foi responsável pelo tombamento da Serra da Barriga, um projeto de resgate histórico e cultural ao local em que foi possivelmente construída a sede do Quilombo dos Palmares. Apenas em 2007 o Parque Memorial Quilombo dos Palmares foi inaugurado e tornou-se Patrimônio Cultural do Mercosul. Dentre as ações do protagonismo político-pedagógico do MNU, em Alagoas, estava a implementação das ações afirmativas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que desde 2006 garante o ingresso de cotistas, bem como ações de permanência, como apoio logístico e financeiro para negros(as) cotistas. Essas ações, segundo o autor e a autora, têm como resultado a diminuição da exclusão social, da segregação racial, da concentração de renda e das desigualdades raciais existentes na sociedade.





Alba Cleide Calado Wanderley
Andréa Giordanna Araujo da Silva
Yan Soares Santos
Universidade Federal da Paraíba

Desejamos que os textos apresentados neste dossiê provoquem outros questionamentos e contribuam com as subjetividades insurgentes e com a produção de experiências de pesquisa, ensino e extensão críticas e antirracistas nas educações básica e superior.

Referências

GOMES, Nilma L. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. Em: RATTIS, A. (Ed.). *Uma história escrita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 47–54.

REGINALDO, Lucilene; FERREIRA, Roquinaldo. *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

SENADO, A. *Senado aprova atualização da Lei de Cotas — Senado Notícias*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/24/senado-aprova-atualizacao-da-lei-de-cotas#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20aprovou%20nesta%20ter%C3%A7a,ingresso%20concorrer%C3%A3o%20%C3%A0s%20vagas%20reservadas.>>. Acesso em: 31 out. 2023.

